

Política



GOVERNADOR DO MARANHÃO

Deputados aprovam reajuste de 107%

Carlos Brandão (PSB) passará a receber salário de R\$ 33 mil a partir de junho



BRECHAS PARA REVISÃO

Decisão de Toffoli abre caminho para beneficiar empreiteiros e outros condenados na Lava-Jato

MARIANA MUNIZ, DANIEL GUILHERME FORTES E CAMPOREZ public@oglobo.com.br

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que determinou a anulação de todos os atos da Lava-Jato contra o empresário Marcelo Odebrecht, abre caminho para beneficiar outros alvos da operação, na avaliação de juristas e especialistas ouvidos pelo GLOBO. A determinação pode ainda fazer com que o acordo de delação do empreiteiro, preservado pelo ministro, seja questionado em benefício de outros condenados. Além de incomodar uma ala de integrantes da Corte, a manifestação de Toffoli deve ser alvo de recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR), que estuda qual caminho deve adotar — mas já há uma perspectiva de que a sentença será questionada.

No Supremo, um grupo de ministros entende que a derrubada dos atos praticados pela Lava-Jato contra Odebrecht não deveria ter sido tomada por Toffoli de forma individual. Esses magistrados avaliam que a decisão do colega atrai um holofote negativo para o tribunal. Ainda que a decisão não tenha anulado a validade do acordo de colaboração premiada do empresário, a avaliação entre alguns magistrados é a de que a sentença fragiliza medidas do próprio STF. A delação do empreiteiro foi firmada pela PGR e homologada em 2017 pelo então presidente da Corte, Carmen Lúcia.

OUTROS DELATORES

No entendimento de especialistas, é possível que este acordo seja alvo de questionamentos, uma vez que teria existido pressão sobre o empresário para a obtenção de provas relativas ao esquema de propina entre as empreiteiras investigadas e integrantes ligados aos governos do PT. Cecilia Mello, criminalista, desembargadora aposentada do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), afirma que os alvos da delação podem questionar a forma de obtenção das provas, mas que a análise será feita em cada caso.

— A partir do momento que a delação surge em uma condição forçada, acho que você vai precisar verificar caso a caso a licitude da prova que o próprio Marcelo constituiu — avalia.

Outra possibilidade apontada no Supremo é a de que a validade do acordo de Marcelo Odebrecht pode ser alvo de questionamentos por parte dos integrantes da lista com 76 delatores que à época figuravam como executivos ou ex-executivos de empreiteira — na chamada



Invasão de contas. O ministro Dias Toffoli, do STF, decidiu que beneficiou Marcelo Odebrecht em mensagens apreendidas na Operação Spoofing



Benefícios em cheque. O empresário Marcelo Odebrecht quer, para especialistas, poder ter acordo de delação questionado

manutenção do que foi decidido pelo ministro. Gonet, contudo, pode optar por um pedido para que o agravo seja apreciado pelo plenário. As opções ainda estão sendo estudadas.

O pedido para que o plenário aprecie decisões de Toffoli já foi adotado por Gonet em outras ocasiões. Em fevereiro, quando o ministro do STF suspendeu o pagamento de multas devidas pelas empresas Novonor (antiga Odebrecht) e J&F, o procurador-geral da República solicitou que as decisões passassem pelo crivo dos 11 integrantes da Corte.

Na decisão de antontem, Toffoli determinou a "nulidade absoluta" de todos os atos praticados contra Marcelo Odebrecht em processos da Lava-Jato, incluindo os determinados por Sérgio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba. Como consequência, foram trancadas todas as investigações contra o empresário.

RENAN E JUCÁ SE LIVRAM
Antontem, em outra frente de derrotas de decisões relativas à operação, o ministro Edson Fachin arquivou um inquérito que investigava o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e o ex-senador Romero Jucá (MDB-RN). A decisão atendeu a um pedido da PGR. A decisão foi mais um revés para a Lava-Jato.

A investigação contra Renan e Jucá foi aberta em março de 2017, a partir da delação premiada de executivos da antiga Odebrecht (atual Novonor), e foi prorrogada diversas vezes desde então. Em fevereiro, Fachin negou uma nova prorrogação, devido à longa duração do caso, e determinou que um parecer conclusivo fosse apresentado.

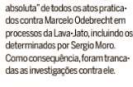
No mês passado, Paulo Gonet afirmou que os "os elementos de convicção obtidos" ao longo da investigação "não são suficientes para o oferecimento de denúncia" contra os dois políticos e solicitou o arquivamento. Para Gonet, a investigação estava baseada apenas no relato dos delatores. Em sua decisão, Fachin afirmou que, com a "ausência de interesse do Ministério Público", devido ao "esgotamento das linhas de investigação sem corroboração dos fatos investigados", o caso deveria ser encerrado. A praxe no STF é aceitar um pedido de encerramento de investigação apresentado pela PGR.

Renan e Jucá eram suspeitos de terem recebido propina de R\$ 5 milhões em troca de uma suposta atuação em favor de uma medida provisória (MP) que beneficiaria subsidiárias da Odebrecht que atuavam no exterior. Os dois sempre negaram a acusação relacionada ao tema.

A DECISÃO DO MINISTRO



O que foi decidido
Toffoli determinou a "nulidade absoluta" de todos os atos praticados contra Marcelo Odebrecht em processos da Lava-Jato, incluindo os determinados por Sérgio Moro. Como consequência, foram trancadas as investigações contra ele.



Quem pode se beneficiar
Um ponto não citado é o que ocorre com o conteúdo da delação. Pessoas que foram condenadas com base no acordo podem questionar as provas. Além disso, segundo juristas, a decisão abre caminho para empreiteiros tentarem reverter decisões.



Motivo da anulação
A decisão se baseou nas mensagens apreendidas na Operação Spoofing. Para Toffoli, "procurador e magistrado passaram, deliberadamente, a combinar estratégias e medidas contra o requerente, sobre o qual conversavam com frequência".



Próximos passos
A Procuradoria-Geral da República (PGR) vai apresentar um recurso contra a decisão de Toffoli. Nesse caso, o ministro pode avaliar o pedido individualmente ou levá-lo para um órgão colegiado — a Segunda Turma ou o plenário do STF.



Próximos passos
A Procuradoria-Geral da República (PGR) vai apresentar um recurso contra a decisão de Toffoli. Nesse caso, o ministro pode avaliar o pedido individualmente ou levá-lo para um órgão colegiado — a Segunda Turma ou o plenário do STF.